

**O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP) NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES  
INVESTIDORAS**

***PRIVATE SOCIAL INVESTMENT (ISP) IN BRAZIL: AN ANALYSIS  
FROM THE PERFORMANCE OF INVESTOR ORGANIZATIONS***

***LA INVERSIÓN SOCIAL PRIVADA (ISP) EN BRASIL: UN ANÁLISIS  
DEL DESEMPEÑO DE LAS ORGANIZACIONES INVERSIONISTAS***

**BÁRBARA TAVARES DE PAULA**

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (2020). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente na área de Políticas Públicas de Turismo e Investimento Social Privado (ISP) ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-3955-5460>; URL: <http://lattes.cnpq.br/8646371542809355>.

**EVANDRO RODRIGUES DE FARIA**

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (2006), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (2009) e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-7982-3947>; URL: <http://posadministracao.ufv.br/pagina-do-docente-evandro-rodrigues-de-faria/>

**JÚLIA STEFANI THOMAZINI PIZZOL**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa. Técnico em Agroindústria pelo Instituto Federal do Espírito Santo, campus Venda Nova do Imigrante. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-3848-8796>; URL: <http://lattes.cnpq.br/0050048380249423>.

**FERNANDA CRISTINA DA SILVA**

É Professora Adjunta no Departamento de Administração e Contabilidade da UFV. Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Administração com concentração na área pública pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFV - PPGADM/UFV. Doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-4384-4997>; URL: <http://dad.ufv.br/docentes/>

**MARCO AURÉLIO MARQUES FERREIRA**



Pós-Doutor em Administração Pública por Rutgers University - The State University of New Jersey - USA. Bacharel em Administração e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa-UFV. Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa, atuando no ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação em Administração e Contabilidade e nos Programas de Pós-graduação em Administração e de Extensão Rural como orientador no Mestrado e Doutorado. Bolsista de Produtividade do CNPq em Administração Pública. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-9538-1699>; URL: <http://posadministracao.ufv.br/pagina-do-docente-marco-aurelio-marques-ferreira/>

## RESUMO:

O presente estudo teve por objetivo geral compreender como se dá o Investimento Social Privado (ISP) no Brasil, a partir da análise da atuação de organizações investidoras. Especificamente, buscou-se caracterizar as organizações e, posteriormente, identificar como o investimento social é realizado. Para tanto, o estudo teve como fonte de dados os relatórios de atividades das organizações associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). A partir da literatura, principalmente sobre ISP, e utilizando-se do método de análise de conteúdo, cinco categorias foram investigadas nos relatórios, são elas: origem de recursos, forma de atuação da organização investidora, finalidade do investimento, participação social, e *accountability*. O estudo evidenciou que as organizações investidoras apresentam em seus relatórios os aspectos ligados ao ISP de forma incipiente, faltando informações, principalmente, relacionadas à participação social e à *accountability*. Não obstante, o estudo revelou que os projetos beneficiados são de interesse público, embora os relatórios não apresentem como esse interesse é determinado. Ademais, constatou-se que a comunidade participa como parte passiva dessa dinâmica e que as organizações demonstram preocupação em serem transparentes, embora o foco esteja em apresentar o valor investido e como os recursos foram aplicados. Conclui-se, a partir da nova forma de se pensar o papel social das empresas privadas, que o ISP representa uma oportunidade para que as organizações participem cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão inseridas.

**Palavras-chave:** Investimento social privado. Relatórios de atividades. Associados GIFE.

## ABSTRACT:

The general objective of this study was to understand how Private Social Investment (PSI) occurs in Brazil, based on the analysis of the performance of investing organizations. Specifically, we sought to characterize the organizations and, subsequently, identify how social investment is carried out. To this end, the study had as its data source the activity reports of organizations associated with the Group of Institutes, Foundations and Companies (GIFE). Based on the literature, mainly on ISP, and using the content analysis method, five categories were investigated in the reports, they are: source of resources, way of acting of the investing organization, purpose of the investment, social participation, and accountability. The study showed that investing organizations present aspects linked to ISP in their reports in an incipient manner, lacking information, mainly related to social participation and accountability. Nevertheless, the study revealed that the benefited projects are of public interest,



although the reports do not present how this interest is determined. Furthermore, it was found that the community participates as a passive part of this dynamic and that organizations demonstrate concern about being transparent, although the focus is on presenting the amount invested and how the resources were applied. It is concluded, based on the new way of thinking about the social role of private companies, that the ISP represents an opportunity for organizations to increasingly participate in the dynamics of promoting the development and social well-being of the communities in which they operate.

**Keywords:** Private social investment. Activity reports. GIFE associates.

## RESUMEN:

El objetivo general de este estudio fue comprender cómo ocurre la Inversión Social Privada (ISP) en Brasil, a partir del análisis del desempeño de las organizaciones inversoras. Específicamente, buscamos caracterizar las organizaciones y, posteriormente, identificar cómo se realiza la inversión social. Para ello, el estudio tuvo como fuente de datos los informes de actividad de las organizaciones asociadas al Grupo de Institutos, Fundaciones y Empresas (GIFE). Con base en la literatura, principalmente sobre ISP, y utilizando el método de análisis de contenido, se investigaron cinco categorías en los informes, a saber: fuente de recursos, forma de actuar de la organización inversora, propósito de la inversión, participación social y rendición de cuentas. El estudio demostró que las organizaciones inversionistas presentan en sus informes aspectos vinculados a los ISP de manera incipiente, careciendo de información, principalmente relacionada con la participación social y la rendición de cuentas. Sin embargo, el estudio reveló que los proyectos beneficiados son de interés público, aunque los informes no presentan cómo se determina ese interés. Además, se encontró que la comunidad participa como parte pasiva de esta dinámica y que las organizaciones demuestran preocupación por ser transparentes, aunque el foco está en presentar el monto invertido y cómo se aplicaron los recursos. Se concluye, a partir de la nueva forma de pensar sobre el rol social de las empresas privadas, que los ISP representan una oportunidad para que las organizaciones participen cada vez más en las dinámicas de promoción del desarrollo y bienestar social de las comunidades en las que operan.

**Palabras clave:** Inversión social privada. Informes de actividad. Asociados GIFE.

## 1 INTRODUÇÃO

A temática do investimento social privado (ISP) tem ganhado bastante atenção nas duas últimas décadas, embora ainda exista um gap de compreensão dos aspectos racionais, normativos e legais que permeiam os relatórios de atividades das organizações investidoras. Isso decorre não apenas do aumento da consciência social por parte das instituições, mas principalmente da crescente conscientização pública e



do aumento do interesse pela temática da ética e responsabilidade social entre diferentes grupos sociais (SCIARELLI 2021, BEJI *et. al.* 2021).

Os investimentos sociais privados englobam tanto os fatores financeiros, quanto éticos, permeando, portanto, diversos paradigmas organizacionais (WIDYAWATI, 2020). Por um lado, eles desempenham um papel crucial no crescimento de países em desenvolvimento, em razão, principalmente, da suplementação de recursos governamentais em áreas estratégicas (WIDYAWATI, 2020), por outro, eles chamam a atenção para os aspectos de responsabilidade social corporativa e seus efeitos sobre a reputação corporativa (BARAIBAR-DIEZ; SOTORRÍO, 2018).

Nesse contexto, afloraram no país diferentes formas de atuação da iniciativa privada em questões sociais. Uma dessas formas é o Investimento Social Privado (ISP), que consiste no “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GIFE, 2022). No Brasil, o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), criado em 1995, reúne as organizações que realizam investimentos sociais no país.

Por meio do ISP, a iniciativa privada tem realizado importantes ações, buscando, juntamente com outros atores e em conjunto com o setor público, satisfazer as demandas da sociedade. Destaca-se, no entanto, que “o aparelho de governo não perde relevância, mas ele passa a fazer parte de sistemas de governança mais amplos” (ANDION *et al.*, 2010). Com esse objetivo, o Investimento Social Privado (ISP) é difundido como uma forma de a iniciativa privada participar, principalmente através da distribuição de recursos financeiros ou não, desses sistemas de governança.

Segundo Andion *et al.* (2010), o ISP envolve a participação do setor público e do setor privado, e sua atuação é ampla, podendo ocorrer a nível local ou em um contexto mais amplo, através da interação entre os diversos atores envolvidos. Tem crescido, portanto, o interesse das empresas pela participação no cotidiano das comunidades, passando “a não ser mais tão-somente agentes econômicos, mas também agentes sociais e culturais” (GARAY, 2011).

Almeida e Cabral (2009) destacam a necessidade da atuação das organizações visando efeitos de longo prazo, que proporcionem melhorias para a comunidade. Desse modo, observa-se a importância do planejamento, bem como do



acompanhamento das ações realizadas por meio do ISP, para que sejam capazes de gerar benefícios duradouros para a população.

As áreas beneficiadas pelo ISP são diversas, incluindo cultura, educação, meio ambiente, dentre outras, as quais são definidas de acordo com as necessidades da comunidade. Esse é, inclusive, um dos três aspectos fundamentais do ISP destacado por Nogueira e Schommer (2009), segundo os quais deve-se prezar pelo interesse público como finalidade principal do investimento realizado, não os interesses dos investidores.

Entretanto, isso nem sempre é priorizado no direcionamento dos investimentos e, muitas vezes, essa lógica é invertida. Essa discussão foi realizada por Milani Filho (2008), sendo exemplificada pelo fato de que empresas como as de armas e de cigarros, associadas a externalidades negativas, buscam realizar investimentos sociais com o intuito de melhorar sua imagem perante a sociedade. Assim, os interesses da empresa são colocados à frente das demandas sociais e a finalidade do ISP, que deve ser o interesse público, é desviada em favor dos interesses dos investidores. Quando os recursos são destinados de acordo com as demandas sociais, o Investimento Social Privado alcança sua finalidade.

Segundo o GIFE (2022), o ISP reúne três elementos fundamentais, que são inerentes ao seu conceito e que o diferencia de ações assistencialistas, sendo eles a preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos, a estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social, e o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação. Esses elementos descritos pelo GIFE se relacionam diretamente com os aspectos fundamentais do ISP descritos Nogueira e Schommer (2009), que são a origem de recursos, que deve ser privada e voluntária; a forma de atuação da organização investidora, que deve ser planejada, monitorada e sistemática; e a finalidade do investimento, que deve ser o interesse público.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo compreender como se dá o Investimento Social Privado (ISP) no Brasil, a partir da análise da atuação de organizações investidoras. Especificamente, buscou-se caracterizar as organizações e, posteriormente, identificar como o investimento social é realizado.

Essa temática, apesar de recente, tem ganhado cada vez mais relevância, haja vista o montante de recursos investidos, que, em 2018, somaram R\$ 3,25 bilhões, de acordo com o Censo GIFE referente a esse ano (GIFE, 2019). Já em 2020, segundo



o Censo GIFE de 2020 (GIFE, 2021), o montante de recursos aportados pelos associados em investimentos sociais somou cerca de R\$ 5,3 bilhões.

Para alcançar o objetivo geral do estudo, foram mapeadas as organizações que compõem o GIFE e suas respectivas práticas de Investimento Social Privado (ISP) e, posteriormente, foi analisado como se dá a atuação dessas organizações investidoras. A análise foi feita tendo como dados os relatórios de atividades dos associados GIFE do ano de 2019, conforme será explicado na seção que apresenta os procedimentos metodológicos do estudo. Destaca-se que o GIFE, que se autointitula uma “plataforma de fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil” (GIFE, 2022), é composto por mais de 160 (cento e sessenta) associados que são organizações que almejam investir no social

Apesar do ISP ser uma temática recente, existem diversos trabalhos sobre o Investimento Social Privado no Brasil, a exemplo de Andion *et al.* (2010), Catarina e Serva (2004), Gentil e Ferreira (2019), Milani Filho (2008), Nogueira e Schommer (2009), Perret e Junqueira (2011) e Schommer (2000). No entanto, o ISP é um tema amplo e possui muitas questões que precisam ser debatidas, destacando-se a forma como ele é abordado pelas próprias organizações investidoras.

Assim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o maior entendimento acerca da atuação das empresas, por meio do Investimento Social Privado, como agentes de mudança nas comunidades onde atuam, de forma a não apenas ampliar os conhecimentos sobre a temática, mas também a trazer subsídios para a atuação empresarial em questões sociais.

## 2 O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Ao longo das últimas década, o Estado deixou de ser o único responsável pelo atendimento das demandas sociais, compartilhando essa responsabilidade com outros agentes, como a iniciativa privada e as organizações do terceiro setor (PERRET; JUNQUEIRA, 2011). Em áreas estratégicas como pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, é comum a participação do investimento social privado alinhado à resolução de problemas de interesse coletivo (BECKER, 2015) no desenvolvimento de grandes projetos.



Nesse contexto, Garay (2011) afirma que as organizações ampliaram sua participação para além do setor econômico, atuando também no âmbito social. Observa-se, portanto, que a resolução dos problemas sociais não é mais responsabilidade apenas do Estado, mas de diversos agentes, os quais, interagindo entre si, têm implementado importantes mudanças na sociedade.

Para caracterizar essa interação, sobretudo em relação às organizações, novos conceitos têm surgido. Dentre eles, destaca-se o Investimento Social Privado (ISP) que, conforme Nogueira e Schommer (2009), busca descrever a atuação da iniciativa privada nas questões sociais, diferenciando-se da filantropia tradicional. Além disso, de acordo com os autores, os responsáveis pelo desenvolvimento desse novo conceito foram o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e o IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social).

Ademais, Schommer (2000) define o investimento social empresarial como aquele voltado diretamente para as comunidades, geralmente realizado em parceria com outras organizações, e que não está relacionado com exigências legais, ou seja, é uma ação voluntária. O ISP, conforme Catarina e Serva (2004), diferencia-se das ações de caridade, pois envolve a participação da comunidade e busca-se mensurar os resultados gerados pelas ações realizadas.

Buscando uma melhor compreensão desse conceito, Nogueira e Schommer (2009) estabeleceram três importantes aspectos do Investimento Social Privado:

1. a origem dos recursos: privada e voluntária (o que a diferenciaria de outros tipos de investimento, de origem compulsória, como parte dos recursos do Sistema S);
2. a forma de atuação: planejada, monitorada e sistemática (fundamentalmente, buscando resultados, em contraposição às práticas bem-intencionadas mais voluntaristas, amadoras e supostamente ineficientes da caridade tradicional);
3. a finalidade: projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (colocando-o acima de interesses privados que a empresa ou o filantropo possam ter ao investir no social).

No Brasil, onde as necessidades da população não são atendidas sempre de forma satisfatória, o Investimento Social Privado é de grande importância (PAGOTTO *et al.*, 2016). Em relação a isso, Perret e Junqueira (2011) destacam a representatividade econômica e o poder de mobilização das empresas, assim, não se deve subestimar sua atuação no âmbito social. Outros motivos pelos quais as empresas realizam o ISP, de acordo com Almeida e Cabral (2009), são: “ética,



cobrança da sociedade, melhoria da imagem da empresa, complementação das ações do governo, satisfação pessoal, incentivos fiscais”.

Schommer (2000) afirma que essa atuação muitas vezes tem sido utilizada como um meio para tornar a empresa mais competitiva. Desse modo, a finalidade principal do ISP, que deve ser o interesse público, é descumprida. Cabe destacar que um dos preceitos para se garantir a observância do interesse público na escolha, formulação e implementação dos projetos sociais beneficiados pelo ISP é a participação social durante o processo. Assim como o GIFE (2022) afirma, um dos aspectos fundamentais do ISP é o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação.

Logo, é importante garantir que os investimentos sociais privados sejam realizados de maneira transparente, responsável, ética e alinhada com as prioridades e necessidades das comunidades locais, a fim de maximizar seu impacto positivo a longo prazo (CUMMING E JOHAN, 2007).

Esse envolvimento deve existir desde a escolha dos projetos que receberão recursos, passando por sua formulação, implementação até sua avaliação. Atualmente, a maior participação social nas decisões públicas permite maior debate acerca das parcerias público-privadas, bem como a inserção da iniciativa privada em questões de cunho social, tal como suprimento de demandas da comunidade (ALMEIDA; CABRAL, 2009).

A participação social é também um dos pilares do conceito de *accountability* que, apesar dos debates estabelecidos por Campos (1990) e, posteriormente, por Pinho e Sacramento (2009) sobre a dificuldade de se traduzir e conceituar o termo, pode-se ao menos dizer que abrange a transparência da gestão, a qualidade da informação, a responsividade dos agentes, a prestação de contas, o controle social e a própria participação social. Considerando-se em conjunto a *accountability* - entendida aqui mais como prestação de contas e responsividade - e a participação social, tem-se dois dos principais desafios do ISP.

Segundo Alves, Nogueira e Schommer (2013), há muitas fragilidades em relação à transparência, avaliação e *accountability* na gestão do ISP, por falta de familiaridade com a prática e por aspectos culturais que ainda não favorecem esse cenário. O pouco envolvimento das comunidades nos processos de investimento também é considerado uma fragilidade das práticas de ISP, que deve ser superada. Além desses, Alves, Nogueira e Schommer (2013) citam outros desafios enfrentados



pelas organizações investidoras, tais como o contexto institucional-legal do Brasil, que é desfavorável por ser repleto de regras dúbias, elevado nível de burocracia e excesso de controle estatal; e a desconfiança em parcerias público-privadas que ainda é presente.

Conforme afirma Pagotto *et al.* (2016), as transformações sociais e os novos arranjos que trazem a interação entre a iniciativa privada, o setor público e a sociedade civil redefinem o papel das empresas privadas e o que a sociedade, de forma geral, espera delas. O papel das empresas deixa de ser exclusivamente a busca pelo lucro dos acionistas, passando a ser também a busca da satisfação dos colaboradores e da comunidade onde ela está inserida, além de cuidados com a proteção, conservação e preservação do meio-ambiente.

Assim, a forma de atuação das organizações, a finalidade dos investimentos, a participação social e a *accountability* passam a ser demandados pela sociedade civil e pelos governos como parte do papel social das empresas. Esses aspectos, segundo Catarina e Serva (2014) tornam-se, inclusive, um fator de competitividade, de modo que as organizações socialmente responsáveis promovem sua imagem frente aos diferentes stakeholders.

Caso o interesse público seja observado, cumprindo a finalidade do ISP, não deve haver problema por uma das consequências desse investimento ser a promoção da imagem da empresa, de modo que tanto a comunidade, quanto o governo e a iniciativa privada saem beneficiados desses novos arranjos estabelecidos. Ressaltando-se, sempre, a observância do interesse público.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, de natureza qualitativa e de caráter descritivo, buscou investigar como se dá o Investimento Social Privado (ISP) no Brasil, a partir da análise da atuação das organizações investidoras. Para tanto, o estudo teve como fonte de dados os relatórios de atividades das organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), disponíveis no seu sítio.

Foram utilizados como amostra todos os relatórios de atividades do ano de 2019 de seus cento e sessenta e dois associados (número de associados do mês da coleta dos dados da pesquisa, março de 2022). O ano de 2019 foi escolhido por ser o



ano mais recente, considerando a data da coleta dos dados (2022) sem os efeitos extraordinários da pandemia de COVID-19.

Inicialmente, foi realizado um levantamento para identificar como as organizações abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados. Em seguida, as organizações que compõem o GIFE foram caracterizadas, bem como suas respectivas práticas de ISP. Tal caracterização foi feita quanto ao perfil da organização, aos estados por ele atendidos e à área de abrangência do investimento realizado, à sua área de atuação e aos tipos de projetos fomentados, e aos valores investidos. Por fim, a partir do método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), utilizando-se do modelo de grade fechada, em que as categorias analíticas são definidas a priori a partir da literatura abordada, foram construídas categorias que se pautam principalmente, nos três aspectos fundamentais do Investimento Social Privado (ISP) definidos por Nogueira e Schommer (2009) e nos elementos fundamentais do ISP segundo o GIFE, a fim de se verificar como eles se relacionam e como o ISP pode contribuir para o suprimento de demandas sociais.

Portanto, as categorias analíticas foram a origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a existência ou não da participação social e como ela se dá, e a *accountability*. A origem de recursos busca verificar se de fato os recursos são de origem voluntária, não podendo ser de origem compulsória; a forma de atuação da organização investidora busca entender se há a busca pelos resultados, de modo que o investimento seja realizado de forma planejada, monitorada e sistemática; a finalidade do investimento busca perceber se há vieses de interesse privado ou se o interesse público é o alvo, o que cumpriria tanto a normativa do ISP quanto o objetivo de suprir demandas sociais; a participação social, que busca entender se os cidadãos participam da definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados; e a *accountability*, que pretende analisar a transparência e qualidade da informação prestada e a responsividade da empresa investidora, bem como os mecanismos de controle social que a sociedade dispõe em relação à empresa investidora e aos projetos sociais beneficiados.

O Quadro 1 mostra as categorias analíticas utilizadas, qual aspecto será analisado nos relatórios em cada categoria e a literatura que as embasa.



**Quadro 1:** Categorias analíticas

<b>Categorias analíticas</b>	<b>Aspecto a ser analisado</b>	<b>Embasamento teórico</b>
Origem de recursos	Fonte de recursos utilizada para os investimentos, e se de fato é de origem privada e voluntária.	Nogueira e Schommer (2009), Andion <i>et al.</i> (2010), GIFE (2022)
Forma de atuação da organização investidora	Forma de atuação da organização, cujo objetivo é que seja planejada, monitorada, sistemática e voltada para resultados.	Nogueira e Schommer (2009), Andion <i>et al.</i> (2010), GIFE (2022)
Finalidade do investimento	Processo de escolha e área dos investimentos, motivação da escolha e objetivo do(s) projeto(s) beneficiado(s), se observa o interesse público como alvo.	Nogueira e Schommer (2009), Andion <i>et al.</i> (2010), GIFE (2022), Andion (2012)
Participação social	Se há participação dos cidadãos na definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados.	Nogueira e Schommer (2009), Andion <i>et al.</i> (2010), GIFE (2022), Andion (2012), Almeida e Cabral (2009)
<i>Accountability</i>	Transparência e qualidade da informação, prestação de contas, responsividade, controle social.	Andion <i>et al.</i> (2010), Andion (2012), Campos (1990), Pinho e Sacramento (2009)

Fonte: Elaboração própria.

Essas categorias analíticas foram analisadas, juntamente com os resultados da pesquisa, na seção seguinte.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIDORAS

Conforme já explicitado na seção anterior, as organizações investidoras foram caracterizadas quanto ao perfil da organização, aos estados por ele atendidos e à área de abrangência do investimento realizado, à sua área de atuação e aos tipos de



projetos fomentados, e aos valores investidos. Essa caracterização visa entender qual o panorama geral do Investimento Social Privado (ISP) no país, visto que as organizações investidoras selecionadas são associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) que é a principal associação e referência no tema do ISP no país.

Durante o mês de coleta de dados (março de 2022) havia 162 (cento e sessenta e dois) associados ao GIFE. Desses, 9 (nove) não possuíam classificação quanto ao perfil da organização, 1 (um) estava classificado como Fundação ou Instituto Comunitário, 18 (dezoito) como empresa, 20 (vinte) como Fundação ou Instituto Independente, 29 (vinte e nove) como Fundação ou Instituto Familiar, e 85 (oitenta e cinco) como Fundação ou Instituto Empresarial.

Em relação aos estados de atuação e à área de abrangência do investimento realizado, 94 (noventa e quatro) organizações afirmam atuar em São Paulo, estado com maior representatividade de investimentos sociais. Em segundo lugar, tem-se o Rio de Janeiro, cujos investimentos sociais são realizados por 26 (vinte e seis) organizações, seguido por Minas Gerais, com 13 (treze). O Distrito Federal aloca investimentos de 9 (nove) organizações, o estado do Rio Grande do Sul de 8 (oito), o Ceará e o Paraná de 5 (cinco), o Amazonas, Pará, Pernambuco e Maranhão de 4 (quatro), a Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraíba de 3 (três), o Espírito Santo, Mato Grosso, Alagoas e Goiânia de 2 (duas), e Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins de apenas 1 (uma) organização. Além disso, 15 (quinze) organizações não explicitaram os estados de atuação.

Quanto à área de atuação das organizações investidoras e aos tipos de projetos fomentados, percebe-se que educação é a área prioritária para investimentos, com 106 (cento e seis) organizações com investimentos. Outras áreas que recebem investimentos de um volume significativo de organizações são a formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania, com 54 (cinquenta e quatro) organizações; meio ambiente e cultura e artes, ambas com 52 (cinquenta e duas); desenvolvimento comunitário/de base, com 48 (quarenta e oito); apoio à gestão de organizações da sociedade civil, com 46 (quarenta e seis); geração de trabalho e renda, com 45 (quarenta e cinco), saúde e defesa de direitos, ambas com 39 (trinta e nove); esporte e recreação, com 38 (trinta e oito); assistência social, com 33 (trinta e três); e comunicação com 27 (vinte e sete).



As demais áreas recebem investimentos de, no máximo, 10% (dez por cento) das organizações associadas ao GIFE. São elas: cultura, empreendedorismo, diversidade, impacto social, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, juventude, desenvolvimento econômico, educação financeira, mobilidade urbana, pesquisa, cidadania, direitos humanos, proteção à infância, mudanças climáticas, alimentação, empoderamento do jovem, gestão pública, equidade racial, terceira idade, transparência e responsabilidade governamental, combate à pobreza e à desigualdade, combate ao consumo nocivo de bebidas alcoólicas, democracia, qualidade de vida, e mulheres. Ressalta-se que 9 (nove) organizações não especificaram a área de atuação.

Ao analisar-se os valores investidos, percebe-se que poucos relatórios trazem explicitamente esses dados. Apenas cerca de 15% das organizações informam os valores de seus investimentos sociais nos relatórios disponibilizados de forma objetiva e explicitando o volume de recursos e sua relação com a receita ou lucro, o que dificulta uma análise mais aprofundada em relação à porcentagem desse lucro que tais organizações destinam a esse tipo de investimento.

Os valores investidos, considerando-se os relatórios de 2019, variam de próximo de R\$ 100 mil até mais de R\$ 600 milhões por organização em um exercício, a depender do porte da organização e do seu interesse em investir no social. Segundo informações do Censo GIFE de 2020, as organizações investem montantes variados de recursos, sendo que, em 2020, 39% investiram até R\$ 6 milhões, e 20% investiram mais de R\$ 20 milhões (GIFE, 2021).

Um ponto importante a ser destacado em relação aos relatórios de atividades das organizações investidoras é que muitas vezes os aspectos publicitários sobrepõem-se aos aspectos informativos, de forma que há mais informações que enaltecem a imagem da organização do que informações acerca do investimento em si. Essa observação corrobora o discutido por Milani Filho (2008) acerca do uso dos investimentos sociais para autopromoção.

Além disso, corrobora também com o discutido por Nogueira e Schommer (2009) acerca da finalidade do investimento social privado, que deve ser projetos sociais de interesse público acima dos interesses privados da organização investidora, tais como vantagens competitivas ou como estratégias de marketing. Entretanto, é necessário perceber que a iniciativa privada possui interesses próprios e que,



observando-se os interesses públicos, não deve haver problema em se observar também os interesses da própria organização.

## 4.2 ANÁLISE DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO REALIZADO PELAS ORGANIZAÇÕES

Para compreender como se dá o processo de investimento social das organizações investidoras e se os princípios norteadores do Investimento Social Privado (ISP) são observados, buscou-se nos relatórios de atividades das organizações associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) analisar as seguintes categorias: origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a existência ou não da participação social e como ela se dá, e a *accountability*.

Analisando-se a **origem de recursos**, é possível perceber que os relatórios em geral não trazem essa informação de forma detalhada, focando principalmente nos projetos sociais realizados e nos impactos por eles causados. Como dito por Nogueira e Schommer (2009), a origem de recursos deve ser privada e voluntária, para que seja diferenciada de formas de investimento compulsórias. O sítio eletrônico do GIFE (2022) também traz esses dois aspectos, ao definir o ISP como o “repasso voluntário de recursos privados”. Sendo assim, buscou-se encontrar nos relatórios os aspectos que confirmariam essa origem.

Apesar de os relatórios não apresentarem sempre essa informação, aqueles que apresentam trazem que a origem de recursos é, de fato, privada e voluntária. No entanto, muitos relatórios afirmam que os investimentos são realizados através de Leis de Incentivo Fiscal, que funcionam como uma renúncia fiscal instituída pelo poder público. A fim de promover o desenvolvimento social e econômico, o governo permite que pessoas físicas e jurídicas repassem parte dos recursos destinados a tributos para projetos sociais voltados à cultura, ao esporte, à saúde, à educação, dentre outras áreas.

Apesar de existir um mecanismo legal que incentiva esse tipo de investimento, o seu caráter voluntário ainda existe, pois é uma opção da organização se utilizar dessas leis de incentivo ou não para destinar seus recursos. Vários relatórios apontam que utilizam tanto de recursos próprios oriundos apenas dos lucros remanescentes



quanto de recursos de tributos devido às leis de incentivo fiscal. Isso pode ser observado no exemplo abaixo, extraído de um dos relatórios de atividades analisado:

Em 2019, 31% dos investimentos sociais foram realizados com recursos próprios e 69% com recursos de leis de incentivo. Além disso, alguns relatórios mostram uso de outra modalidade de investimento social, que seriam os Fundos Patrimoniais ou *endowments*. São fundos filantrópicos formados a partir de uma quantia inicial advinda de doação de bens ou recursos que é investida a fim de financiar, com os rendimentos obtidos, as atividades desejadas (GIFE, 2022). Assim, tornam as organizações mais independentes e possibilitam maior volume de investimentos em projetos sociais.

Em relação aos Fundos Patrimoniais, o governo sancionou em 2019 a Lei nº 13.800, que dispõe sobre sua constituição e como eles devem ser gerenciados (BRASIL, 2019). Seu maior objetivo é mostrar a importância dos fundos patrimoniais como ferramenta para captar recursos privados a fim de fomentar o desenvolvimento social. São mais largamente utilizados nos Estados Unidos, como afirmado pelo GIFE (2022), mas estão ganhando destaque no cenário brasileiro também. O uso desses fundos pelas organizações analisadas pode ser observado de forma explícita nas falas abaixo:

Os recursos provêm, em sua maioria, de ativos financeiros e participações societárias próprias, em modelo de financiamento *endowment*, similar ao adotado pela Universidade Harvard, em Cambridge (EUA), e por outras instituições internacionais de educação.  
Os recursos foram provenientes, na maior parte, dos rendimentos de um fundo patrimonial próprio (*endowment*), constituído por intermédio da matriz global da [organização].

Outro aspecto destacado nos relatórios é o caso de fundações que possuem uma empresa mantenedora, ou seja, uma empresa que optou pela criação de uma fundação separada, como outra pessoa jurídica, que fosse a responsável por suas ações sociais. Dessa forma, essa empresa mantenedora destina recursos à sua respectiva fundação para que esta última defina os projetos sociais beneficiados. É uma forma de organização administrativa que dá maior liberdade à fundação responsável pelas ações sociais da mesma forma que restringe o trabalho da empresa mantenedora, uma vez que não é ela quem terá que planejar, monitorar ou avaliar os resultados das ações. Um exemplo para a origem de recursos advindos de uma empresa mantenedora está apontado abaixo:



Os recursos para o desenvolvimento de suas atividades são obtidos por meio de contribuições das Empresas Mantenedoras, por ações ligadas às suas atividades.

Ademais, uma outra forma de origem de recursos apontada em alguns relatórios é parte de uma iniciativa da organização investidora que, além de investir socialmente, incentiva seus stakeholders a investirem também, assim como mostrado no exemplo abaixo:

As iniciativas da [organização] são financiadas por meio de doações. A cada 1 real doado por nossos mantenedores (colaboradores e estagiários), a [organização] doa o valor duplicado.

Nota-se, entretanto, que as informações a respeito da origem de recursos são apresentadas de forma direta e sucinta, sem detalhamento. Uma das questões a ser levantada a partir disso é o motivo de não haver maior profundidade quanto a esse aspecto e se isso pode ser devido ao foco dado aos relatórios que parece ser o de melhorar a imagem da organização. Ainda assim, cabe destacar que esse foi um dos pontos mais abordados nos relatórios analisados.

Analisando-se a **forma de atuação da organização investidora**, é possível perceber que algumas organizações já trazem em sua apresentação esse aspecto, mostrando a preocupação de descrever como é sua atuação em relação aos investimentos sociais realizados. Um exemplo disso pode ser observado abaixo:

A [organização] é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) independente, privada, de interesse público, sem vínculos político-partidários, com fins não econômicos, fundada em [ano]. Como entidade de assessoramento em assistência social, investe, co-cria e assessora, de forma gratuita, continuada, permanente e planejada programas e projetos dirigidos à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além da preocupação com planejamento dos investimentos, um aspecto importante da forma de atuação das organizações investidoras é o caráter de monitoramento e avaliação dessas ações, visando seus resultados. Segundo Nogueira e Schommer (2009), o ISP deve buscar resultados, para que se diferencie de práticas caritativas que não monitoram suas ações. Segundo o GIFE (2022), um dos elementos fundamentais do ISP é ser uma “estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social”. Sendo assim, pressupõe-se que as



organizações investidoras têm essa preocupação, o que pode ser exemplificado pelo trecho abaixo:

Uma das prioridades da [organização] é avaliar e monitorar os projetos realizados por meio do mapeamento de resultados e do estabelecimento de indicadores específicos, capazes de mensurar o impacto real das ações realizadas.

Apesar de o exemplo apontado demonstrar preocupação com o monitoramento e avaliação dos investimentos sociais realizados pela organização investidora, esse aspecto aparece em poucos relatórios, sendo um fator que carece de detalhamento e precisa ser mais bem abordado. Muitas práticas de investimento social ainda são próximas de práticas caritativas que destinam recursos sem que haja, de fato, a busca de resultados ou de impacto social significativo.

No entanto, é notável que várias organizações já estão se estruturando para garantir o monitoramento de suas ações ligadas ao ISP. Muitas delas criaram equipes cuja função é a de acompanhar os projetos sociais beneficiados para que seja possível avaliar o quão efetivo eles foram e se os objetivos iniciais foram alcançados. Além disso, apresentam de modo mais explícito e detalhado como esse monitoramento é feito. Um exemplo desse aspecto pode ser observado no trecho abaixo:

A [organização] conta com uma equipe especializada que acompanha todas as fases da implementação de um projeto, desde sua modelagem até a avaliação de quão efetivo foi o impacto da atuação naquela comunidade. Para que os programas e projetos socioambientais na [organização] sejam executados, contamos com a parceria de diversas entidades sem fins lucrativos e/ou entidades governamentais. [...] O acompanhamento do investimento socioambiental é uma questão estratégica para a [organização], uma vez que permite, além de verificar os resultados alcançados, identificar as formas mais efetivas para sua execução. [...] O monitoramento e a avaliação de programas e projetos são importantes ferramentas de gestão e os resultados obtidos são utilizados para direcionar o trabalho desenvolvido e aprimorar as ações realizadas, além de trazer subsídios para a tomada de decisões e compreensão dos fatores de sucesso dos projetos. [...] A [organização] realiza o monitoramento dos programas e projetos apoiados por meio de visitas in loco ou à distância.

Entretanto, nota-se que os parâmetros utilizados são pouco explicitados, sendo informado de maneira vaga como as visitas são realizadas, o que motivaria o monitoramento ser por meio de visitas in loco ou à distância, quais os indicadores utilizados para se verificar a efetividade dos projetos, dentre outros aspectos. Da mesma forma, tem-se o exemplo abaixo:



Para assegurar maior eficiência e eficácia à destinação dos recursos, a [organização] realiza o monitoramento das iniciativas apoiadas por meio do Sistema de Gerenciamento de Projetos, para acompanhamento dos âmbitos social, pedagógico e financeiro dos projetos. Também são realizadas visitas in loco sempre que necessárias pela equipe da [organização], para garantir o cumprimento das metas pactuadas.

Ressalta-se que o fato de o relatório possuir uma parte específica destinada a caracterizar a forma de atuação da organização investidora já é um sinal de avanço em relação à preocupação com os investimentos sociais por ela realizados. Esse monitoramento muitas vezes é feito por meio de equipes, como explicitado anteriormente, ou por meio de conselhos, como o exemplo a seguir demonstra:

A [organização] possui um conselho que define a estratégia de atuação social da organização e acompanha os resultados dos projetos e do programa de voluntariado e as ações sociais das unidades da empresa.

Pode-se perceber que há a intenção de se monitorar as ações e de se avaliar seus resultados, uma vez que há um conselho especificamente criado para isso, porém há falhas no que diz respeito à forma como essa informação é disponibilizada e publicizada. Esse aspecto será mais bem abordado na análise da categoria de *accountability*.

Analisando-se a **finalidade do investimento**, é possível perceber que as organizações investidoras afirmam investir em projetos sociais de interesse público e afirmam também que esse interesse, além de ser observado, é o foco das ações. Isso pode ser visto nos exemplos abaixo:

São investidos de acordo com as prioridades da comunidade, com base em análises da própria [organização]", explica a diretora da organização. São diferentes iniciativas de cunho social que consideram as necessidades e demandas locais.

Fica explícito, nos exemplos apresentados, que a busca pelo suprimento de demandas sociais é um balizador para a escolha dos projetos beneficiados. No entanto, o primeiro exemplo aponta que as análises para se entender quais são as prioridades da comunidade são feitas pela própria organização, sem explicitação de como isso é realizado e quais as formas que a organização encontrou para que, efetivamente, fosse captado o interesse público.



Já o segundo exemplo denota que as necessidades e demandas locais são consideradas na definição das iniciativas, mas também não explica como isso é feito. Assim, resta o questionamento se de fato o interesse público está sendo observado, uma vez que isso não é detalhado nos relatórios e o procedimento utilizado para se optar por um ou outro projeto social beneficiado também não é informado.

Apesar disso, as organizações, de forma geral, afirmam ter como objetivo a transformação social e o desenvolvimento da comunidade onde atuam, ainda que, paralelo a isso, objetivem também algum retorno institucional. Um exemplo disso pode ser observado no trecho abaixo:

A [organização] também patrocinou com recursos próprios diversos projetos e eventos, sempre atentando às diretrizes da Política de Patrocínios e Doações e balizando suas decisões e priorizações de investimento em critérios pré-estabelecidos, como o retorno institucional e o alcance e transformação social, entre outros.

Em relação a isso, resta a discussão acerca do foco do ISP. A literatura aponta que o foco deve ser o interesse público, não o interesse da organização investidora. No entanto, a iniciativa privada tem interesses próprios que devem ser observados a fim de que sua existência não seja comprometida. Em contrapartida, o poder público deve sempre ter como prioridade o interesse público.

Caso esses interesses possam se alinhar de alguma forma, ou seja, caso a iniciativa privada tenha um interesse que se aproxime do interesse público, então é possível que suas ações sejam benéficas para ambas as partes. Essa busca por alinhamento de interesses pode ser observada no exemplo a seguir:

Uma das formas de atuação é por meio do Edital [da organização], através do qual a instituição apoia o desenvolvimento de projetos sociais realizados por organizações da sociedade civil, alinhados à sua missão.

Outra preocupação das organizações investidoras e que tem sido discutido em termos de definição do papel social das empresas é o impacto local e global das ações realizadas, de modo a atender ao maior número possível de stakeholders. As diferentes dimensões possuem interesses distintos, mas há organizações, cujo volume de recursos e alcance é superior, que são capazes de atender ambos. O exemplo a seguir ilustra essa busca:

Na companhia, temos gerenciado essas demandas globais de algumas formas. Além da [organização local], contamos, em nível global, com a



[organização global]. As duas instituições se complementam na medida em que a [organização local] tem o olhar para o local, tendo sua nova estratégia focada em geração de trabalho e renda, educação e engajamento social, e a [organização global] para o global, com foco na biodiversidade e emissão de carbono. Dessa forma, conseguimos levar para os nossos stakeholders aspectos relevantes tanto do ponto de vista local, quanto do global.

Ademais, em um volume significativo de relatórios, as entidades descrevem que a escolha dos projetos está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), verificando-se, portanto, a adesão dos associados GIFE a esses objetivos globais. Na descrição dos projetos de várias organizações investidoras estão indicados quais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU os projetos buscam atender, como mostrado nos exemplos abaixo:

O trabalho da [organização] está alinhado também às tendências internacionais – a exemplo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O investimento social privado desempenha um importante papel para acelerar a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Diante disso, a [organização] aprofundou sua conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir da avaliação da aderência dos projetos aos objetivos e da correlação com suas metas.

Percebe-se, portanto, grande preocupação em se alinhar as metas próprias da organização com as demandas locais e com os objetivos globais de desenvolvimento. Dessa forma, acredita-se que o interesse público está sendo seguido e, uma vez que isso acontece, a iniciativa privada se torna também agente na promoção do bem-estar social, agindo em conjunto com o poder público e participando ativamente dos novos arranjos institucionais característicos da nova fase da administração pública. Analisando a categoria da **participação social**, é possível perceber que também há preocupação por parte das organizações investidoras em ouvir a comunidade e em permitir que ela participe ativamente do processo de investimento. Essa busca por integrar a sociedade à tomada de decisão pode ser observada nos trechos a seguir:

Em 2019, as iniciativas de voluntariado foram fortalecidas, assim como as parcerias locais, com um engajamento mais ativo dos Conselhos Consultivos de Relações Comunitárias existentes nas três localidades em que atua a [organização] [...]. A mudança de atuação é fruto de um amplo processo de diagnóstico e planejamento realizado em 2018 a partir da escuta ativa e colaborativa com mais de 120 representantes da sociedade civil, funcionários da empresa, gestores públicos e especialistas em investimento social privado (ISP).



As ações desenvolvidas serão acompanhadas durante aproximadamente três anos, e as temáticas priorizadas foram levantadas e validadas tanto pelos colaboradores da [organização] localmente como pelas lideranças locais mapeadas.

Nota-se que a criação de conselhos é uma das ferramentas utilizadas para se criar um ambiente mais participativo, de forma que eles atuem como ponte entre a organização e a comunidade. Outra ferramenta utilizada é a escuta ativa e colaborativa, que cria a oportunidade de a comunidade local definir seus próprios interesses e as áreas prioritárias para a implementação de projetos sociais. Percebe-se também a preocupação de se consultar especialistas em ISP, de forma a realizar investimentos que cumpram os objetivos propostos e, assim, provoquem transformação social.

Outro aspecto relevante é o da participação social no monitoramento e avaliação das ações. A comunidade, dessa forma, participa não apenas da definição de suas demandas, mas também da avaliação dos resultados obtidos com os projetos implementados, a fim de verificar o que poderia ser modificado para que haja ainda mais impactos positivos. Não obstante, é relevante que haja participação social no repasse de informações acerca dos investimentos realizados. Um exemplo disso pode ser observado no trecho abaixo:

Os dados qualitativos e quantitativos abordados neste relatório estão relacionados a uma relação de temas relevantes para alunos e seus familiares, professores, demais funcionários e parceiros de negócios. Esses foram identificados como públicos estratégicos por serem impactados diretamente por nossa atividade e integrarem nossa cadeia de valor. [...] Mantemos diferentes canais de diálogo com nossos principais públicos, e divulgamos nossos resultados como boa prática de transparência.

Percebe-se que há menção contínua de abertura da organização aos diferentes stakeholders, como mencionado com a existência de canais de diálogo. Além disso, definiu-se qual o público estratégico para essa organização, a fim de envolvê-lo mais ativamente no processo de investimento. Outra forma relevante e atual de se relacionar com os diferentes públicos, trazendo a comunidade mais para dentro da dinâmica do ISP, é por meio do uso de redes sociais, que servem como uma forma de interação com a comunidade e de divulgação dos resultados dos investimentos realizados. Os exemplos a seguir ilustram esse aspecto:



O aplicativo [nome do aplicativo], lançado em 2016, é utilizado pela [organização] para interagir com o público e identificar temas relevantes. Disponível na Play Store e no App Store, trata-se de um jogo de perguntas e respostas sobre educação alimentar, com 400 questões agrupadas por temas, nas quais os conhecimentos sobre alimentação equilibrada são apresentados de maneira lúdica e gratuita para qualquer interessado.

A [organização] busca manter espaço de comunicação estruturado, permanente e acessível a todos os públicos com os quais se relaciona. O site da [organização e site] é visualizável em diversas plataformas, com acessibilidade para deficientes auditivos e visuais. Apresenta as informações institucionais, os canais de contato, além de conteúdo diversificado, como projetos, ações, parcerias firmadas e participações em eventos e fóruns voltados para as atividades da instituição, além de conectar milhares de pessoas em suas Redes Sociais, pelo Instagram e Facebook.

Percebe-se que as formas de participação social têm evoluído e se tornado mais abrangentes, principalmente com a adesão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na dinâmica das organizações e da sociedade como um todo. Nos trechos apresentados fica explícita a forma como essas tecnologias auxiliam na interação entre a organização e a comunidade onde ela está inserida. A busca pela manutenção de um espaço de comunicação aparenta ser constante e ser um dos focos das organizações investidoras.

Todavia, a participação social ainda é um aspecto presente em poucos relatórios, de forma explícita e estruturada. Muitos ainda trazem esse aspecto de forma incipiente e pouco detalhada, além de focar na disponibilização de informações de modo mais frequente do que se foca em trazer a comunidade de forma ativa para a tomada de decisão. Assim como a discussão em relação à definição do interesse público, cabe discutir aqui qual a parte da sociedade que é integrada a essa dinâmica do ISP e, ainda mais importante, se é a parte da comunidade que mais precisa de ajuda que está participando desse processo ou se ela continua sendo excluída.

A participação social deve ser um aspecto a ser considerado em todas as etapas do ISP, como a definição das demandas sociais, a formulação dos projetos sociais beneficiados, sua implementação, o monitoramento das ações, bem como sua avaliação e, por fim, na redefinição de metas de acordo com as avaliações feitas e com os resultados obtidos. Entretanto, ela ainda é presente de forma superficial nessas etapas e participa, majoritariamente, como parte passiva dessa dinâmica.

Analisando-se a categoria da **accountability**, é importante destacar que, dentre os seus aspectos - transparência e qualidade da informação, prestação de contas, responsividade, controle social -, o que mais foi observado nos relatórios foi a transparência e a prestação de contas, não havendo menções significativas de



responsividade ou controle social. Além disso, os aspectos mais abordados foram os valores investidos, ainda que não estivessem presentes em muitos relatórios, e a forma de investimento. Três exemplos estão presentes a seguir:

Investimento de R\$ 1,8 milhão em 16 projetos locais.  
R\$ 9.242.481,36 investidos via leis de Incentivo Fiscal.  
Contemplando os diversos municípios onde a [organização] está presente, 72 iniciativas culturais, esportivas e sociais receberam o aporte de R\$ 13,5 milhões, valendo-se das leis federais e estaduais de incentivo, o que representou um aumento de 12,5% em relação ao número de projetos e de 5,5% em relação ao montante aplicado, comparativamente ao ano de 2018. Para manter os programas [nomes dos programas], a [organização] fez um investimento social de aproximadamente R\$ 13 milhões em 2019, além da doação de 900.000 toneladas de agregado siderúrgico e de cerca de 20.000 mudas de plantas.

Percebe-se que a descrição não é muito detalhada acerca dos valores ou das destinações, focando majoritariamente no valor investido. Além disso, não explicita o percentual que o investimento representa em relação à capacidade financeira da organização, ou qual a porcentagem do lucro líquido que foi destinada a esses investimentos. Assim, é possível refletir qual a qualidade dessas informações fornecidas, uma vez que não há parâmetros presentes que possibilitem maiores análises dos investimentos realizados.

O aspecto mais destacado nos relatórios foi, por sua vez, o quanto as organizações disponibilizam de ativos tangíveis ou intangíveis em prol de seus investimentos sociais, trazendo mais o caráter propagandístico do que o de prestação de contas ou *accountability*. Um exemplo de ênfase na contribuição realizada pelas organizações está presente abaixo:

Programa de voluntariado visa engajar funcionários, estagiários, familiares e prestadores de serviço em ações sociais, além de concretizar e reafirmar o compromisso da [organização] em promover o voluntariado empresarial como instrumento de mobilização social, cidadania e desenvolvimento de pessoas. Conta com um Grupo de Trabalho composto por cerca de 25 funcionários, que se reúnem mensalmente e apoiam as estratégias e a operacionalização do programa. Em 2019, 138 voluntários doaram tempo, trabalho e talento em 18 ações presenciais e cinco campanhas de arrecadação, totalizando 1.535 horas de dedicação. O alcance foi de 19 organizações, beneficiando 1.440 pessoas.

É possível perceber que há mais detalhamento em relação às contribuições feitas do que em relação ao processo ou à participação social ao longo das tomadas de decisão. Dessa forma, o caráter passivo é mais uma vez predominante na dinâmica



do investimento. Entretanto, isso não invalida a proposta do ISP, apenas denota que há avanços necessários que tornem o processo mais participativo e colaborativo do que ele atualmente demonstra ser.

Como mencionado anteriormente, a transparência e a prestação de contas são uns dos aspectos da *accountability* que mais aparecem nos relatórios de atividades analisados. Percebe-se também preocupação por parte das organizações investidoras em ser transparentes, de modo a se enquadrarem nas novas exigências sociais e econômicas vigentes. Alguns exemplos podem ser observados a seguir:

A [organização] conduz suas atividades seguindo padrões éticos nas relações com diversos públicos e as melhores práticas de governança, atuando com integridade, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade socioambiental. [...] O apoio de instituições às iniciativas propostas é decorrente do reconhecimento às práticas de governança e *accountability* adotadas, que conferem segurança operacional para atuar em compliance em todas as esferas legais.

Em alinhamento ao nosso compromisso com a transparência, desde 1973 prestamos contas anualmente à sociedade sobre nossos investimentos para promover a educação e a igualdade de oportunidades.

A [organização] é verificada pela Auditoria Interna da [organização] e suas demonstrações financeiras também são submetidas anualmente a auditores externos independentes, além do Ministério Público. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes ficam disponíveis para consulta pública, o que reforça o compromisso da entidade com a transparência.

Desde o início de suas atividades, a [organização] é auditada por empresa externa e independente. Durante todo esse período, os relatórios anuais – com as demonstrações contábeis e seus respectivos relatórios, que retratam o desempenho de nossas operações para o exercício de cada ano – têm sido aprovados pela auditoria sem ressalvas.

Mensalmente, a equipe de comunicação prestou contas através do relatório de mídia – um documento com o retorno acerca das ações criadas pela comunicação e que está disponível no site da [organização] com total transparência.

A [organização] adota práticas transparentes de gestão administrativa, com a publicação de relatório de atividades e das suas demonstrações financeiras e a adoção de todos os mecanismos necessários para efetivar a prestação de contas de seus administradores à sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização, notadamente o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

É possível notar que há menção explícita dos termos “transparência” e “prestação de contas” ao longo dos exemplos, evidenciando que são aspectos presentes nas pautas das organizações e que são objetivos que elas sempre buscam cumprir. Cabe destacar que as exigências em relação à transparência estão também presentes em leis, mas as organizações, em seus relatórios de atividades, demonstraram se preocupar com esse aspecto a fim de serem responsáveis e cumprirem também seu papel social.



Os relatórios, de forma geral, apresentam os aspectos fundamentais do ISP, sendo suficientes para refletir acerca do seu papel no desenvolvimento local e comunitário. Entretanto, possivelmente por ainda carecer de aprofundamento teórico, nota-se que as organizações ainda não apresentam de forma detalhada e robusta o processo de escolha dos projetos sociais beneficiados, a forma de atuação desde a formulação desses projetos até sua avaliação, como a comunidade está inserida nessa dinâmica e se o interesse público é, de fato, o norteador das ações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o estudo evidenciou que as organizações investidoras apresentam em seus relatórios os aspectos ligados ao ISP de forma incipiente, faltando informações, principalmente, relacionadas à participação social e à *accountability*. A forma de atuação é apresentada majoritariamente em relação ao seu caráter planejado, porém poucas organizações explicitaram o modo como monitoram seus investimentos sociais.

Em relação a um dos principais pontos, a finalidade do investimento ser ou não de interesse público, também restam lacunas a serem preenchidas. Os relatórios afirmam que os projetos beneficiados são de interesse público, mas não apresentam, em sua maioria, como esse interesse público é determinado. Dessa forma, resta o questionamento acerca de qual interesse está sendo suprido e se as áreas beneficiadas são ou não as áreas prioritárias.

Como limitação da pesquisa, percebeu-se a falta de dados quantitativos nos relatórios que permitissem uma análise mais detalhada em termos de impactos econômicos dos investimentos realizados, além de maior detalhamento em relação aos demais aspectos desses investimentos sociais. Percebeu-se também que há uma preocupação grande em promover a imagem da empresa, que parece ser maior do que a intenção de fornecer informações precisas sobre o tema.

A discussão acerca das motivações do ISP em pesquisas futuras torna-se interessante nesse contexto para se entender qual o fator mais relevante que motiva a sua prática, no entanto, seria mais proveitoso se isso fosse feito por meio de entrevistas com gestores, poder público e organizações da sociedade civil que estivessem diretamente ligados ao ISP. Sugere-se também para pesquisas futuras a



análise de práticas de ISP de organizações que não sejam associadas ao GIFE, para que o universo da pesquisa seja mais amplo.

Ressalta-se que, a partir desses investimentos sociais realizados, as empresas privadas, atuando em questões de interesse público e em parceria com o poder público, tem a oportunidade de participarem cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão inseridas. Acredita-se, portanto, que essa inserção e ação conjunta da iniciativa privada e do poder público são uma nova forma de arranjo que é capaz de trazer melhorias para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. da C.; CABRAL, E. H. de S. Parceria Público-Privada: a importância das Organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 59-70, 2009.

ALVES, M. A.; NOGUEIRA, F. do A.; SCHOMMER, P. C. Profissionalização e Lógicas Institucionais: o Profissional do Investimento Social Privado no Brasil. **XXXVII EnANPAD**, p. 1-16, 2013.

ANDION, C.; BECKER, Y. P.; PIRES, A. M.; VICTOR, I.; SOUZA, L. R. de. Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público? **EnAPG**, p. 1-17, 2010.

ASID - AÇÃO SOCIAL PARA IGUALDADE DAS DIFERENÇAS. **Leis de Incentivo Fiscal**. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARAIBAR-DIEZ, E.; SOTORRÍO, L. L. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, 20, 05-21, 2018.

BECKER, B. (2015). Public R&D policies and private R&D investment: A survey of the empirical evidence. **Journal of economic surveys**, 29(5), 917-942.

BEJI, R., YOUSFI, O., LOUKIL, N., OMRI, A. Board diversity and corporate social responsibility: Empirical evidence from France. **Journal of Business Ethics**, 173, 133-155 2021.



BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019**. 2019. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2019-2022/2019/Lei/L13800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Lei/L13800.htm)>. Acesso em 20 jun. 2022.

CATARINA, J. A.; SERVA, M. Responsabilidade social: contribuições para a análise do investimento social privado. **Revista Alcance**, vol. 11, n. 3, p. 321 - 338, set/dez 2004.

CUMMING, D.; JOHAN, S. Socially responsible institutional investment in private equity. **Journal of Business Ethics**, v. 75, p. 395-416, 2007.

GARAY, A.B.S. As representações sociais de jovens participantes de projeto social de inserção no mercado de trabalho. **REGE**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 93-109, jan./mar. 2011.

GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Censo GIFE 2018**. 2019. Disponível em <<https://mosaico.gife.org.br/censo-gife>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Censo GIFE 2020**. 2021. Disponível em: <<https://mosaico.gife.org.br/censo-gife>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Entenda o que é Investimento Social Privado no Brasil**. 2022. Disponível em <<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89-101, Ago. 2008.

NOGUEIRA, F. do A.; SCHOMMER, P. C. Quinze anos de investimento social privado no Brasil: Conceito e práticas em construção. **XXXIII EnANPAD**, p. 1–16, 2009.

PAGOTTO, L. M.; BELINKY, A.; MACEDO, F.; YAMAHAKI, C. **Entre o público e o privado** - Caminhos do alinhamento entre o investimento social privado e o negócio. São Paulo: GVces, 2016.

PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 121-138, Mai-Jun. 2011.

SCHOMMER, Paula Chies. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. **Organização e Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 19, p. 145-160, Dez. 2000.



SCIARELLI, M. et al. Socially responsible investment strategies for the transition towards sustainable development: The importance of integrating and communicating ESG. **The TQM Journal**, v. 33, n. 7, p. 39-56, 2021.

WIDYAWATI, L. A systematic literature review of socially responsible investment and environmental social governance metrics. **Business Strategy and the Environment**, 29(2), 619-637, 2020.

